

Dando sentido ao mundo moderno por uma perspectiva religiosa: paradigmas estruturais das relações sociais entre *establishments* de uma comunidade tradicionalista

Vitor Cesar Presoti

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Doutorando em Ciências da Religião

vitorcpresoti@gmail.com

Jessica Tamires de Paula

Graduada em Ciências Sociais pela

Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

jessicapaula@gmail.com

Resumo: Da análise apresentada em “Os Estabelecidos e os *Outsiders*”, de Norbert Elias e John L. Scotson, se pretende, neste artigo, explorar aspectos das relações de uma comunidade tradicionalista, interligada por duas crenças dicotômicas, mas, essenciais para a permanência dos vínculos sociais. Buscamos presumir como o sentimento religioso transforma e estrutura a coletividade, principalmente, quando ele orienta as acepções de mundo na modernidade. Desse ponto, utilizaremos conceitos sobre a “modernidade líquida”, de Zygmunt Bauman e a metáfora marxista de que “tudo que é sólido desmancha no ar”, discutida por Marshall Berman, sobre as transformações que desfazem as relações e geram uma vida solitária e insegura. O que não ocorre na comunidade em questão, pois as relações existentes fogem das convicções modernas e se conservam por uma perspectiva que faz sentido naquele meio.

Palavras-chave: Modernidade. Relações Sociais. Religião. Sentido de Mundo. Tradicionalismo.

1 Introdução

O constante avanço da humanidade e de suas organizações sociais perfazem aspectos que constituem as sociedades pela ordem e desordem, provenientes da modernidade, que manifestam interferência, especificamente, nas relações entre os indivíduos. Visto isso, podemos afirmar que tais processos se correlacionam com a metáfora “tudo que é sólido desmancha no ar” (Marx, 1999) enquanto construção de paradigmas sociais que se desmancham e se destroem para que possam ser reconstruídos e inovados. Assim, pensemos o mundo moderno enquanto fenômeno que desfaz determinadas convicções e interfere, de forma

rápida e eloquente, nas formas de sociabilidade (Simmel, 2006) entre os indivíduos na contemporaneidade. Inclusive, interfere, também, nas crenças e ações individuais e coletivas (Berman, 2007) enquanto um “ser invisível” que tudo controla (Bauman, 1998) e cujo gerenciamento se estrutura, se organiza e se solidifica de acordo com cada sistema social.

Pensando a modernidade enquanto modificadora social de tempo e espaço, pretendemos, ao longo deste estudo, apontar aspectos de uma comunidade que foge dessas transformações por preceitos particulares, mas que também não exclui a possibilidade de seus habitantes permanecerem em trânsito com os espaços e ideias que não resistiram a esse fenômeno. Nesse sentido, temos como pressuposto, na terceira sessão, uma discussão sobre quais parâmetros podem sustentar a configuração social de uma comunidade que se encontra em uma localidade, distante dos centros urbanizados e mercadológicos, mas que, inevitavelmente, teve sua estrutura comercial e profissional escassa pelas persistentes transformações socioeconômicas e políticas que ocorreram ao longo do tempo. Porém, mesmo com as constantes mudanças, e pensando a relação entre o global e o local, tentaremos desencadear pontos que fazem com que a comunidade desenvolva determinados arranjos organizacionais à sua maneira, de forma gradual, e mantendo vínculos e valores muito tradicionais.

Além disso, analisando os tipos de relações que existem em sociedades mais complexas, notamos uma característica comum de sempre haver grupos que se revelam proprietários de identidades sociais privilegiadas e se reconhecem como influenciadores e singularizadores de uma tradição a partir da autoridade e da moral (Elias; Scotson, 2000). Também, em conjunto com os laços intensos que unem determinados indivíduos enquanto coletivo, há uma exclusão de *outsiders* nos quais são designados com atributos anômalos e estigmatizados (Elias; Scotson, 2000). Pensando nos conceitos elisianos que perfazem as formas organizacionais a partir de fatos que configuram e influenciam inúmeros aspectos da vida grupal, seja no âmbito familiar, entre vizinhos ou “estrangeiros”, procuraremos compreender uma comunidade constituída por duas religiões, o catolicismo e o espiritismo, passíveis de conflituosidade. Ambas procuram conquistar e estabelecer seu espaço para que possam se manter solidificadas e legitimadas enquanto orientadora das ações de sua coletividade.

Baseando nos resultados de nossa pesquisa e diante dos relatos dos entrevistados sobre a fundação da localidade e a construção social de dois grupos religiosos naquele tempo, destacamos que compreendemos os espíritas enquanto *outsiders*, uma vez que o “os pioneiros”

buscaram e lutaram para reivindicar o respeito e a tolerância para que suas práticas religiosas entre os católicos pudessem se tornar permitidas, possíveis e plenas por seus descendentes. Atualmente, o conflito está oculto nos discursos locais, mas o que tudo indica é que a aceitação entre ambas as religiões pode ser pensada como uma intenção inconsciente de conduta a partir de representações de papéis (Goffmann, 2014) necessária para a aproximação e permanência do trânsito social enquanto configuração de uma sociabilidade (Simmel, 2006) permitida em seu contexto.

Pensando a discussão sobre a necessidade e permanência da sociabilidade, inclusive, tendo o conflito como seu fator essencial enquanto processo de construção de identidade do indivíduo, aprofundaremos, na quarta sessão, questões sobre a inserção do ser humano em contextos e grupos que lhe dão significações do mundo social e são essenciais para o convívio coletivo.

De forma breve, caracterizaremos a peculiar comunidade de que tanto falamos enquanto uma localidade interiorizada dos centros urbanos, a qual foi fundada por imigrantes italianos em meados do século XX e teve sua principal atividade voltada para a agricultura. Atualmente, ela é constituída por pouco menos de mil habitantes e passou por uma reestruturação econômica, se adaptando aos meios citadinos. Já os habitantes mantêm-se unidos pelo sentimento de reciprocidade e respeito, orientados pelas instituições religiosas supracitas, que, agregadas aos valores familiares, são essenciais para a manutenção dos vínculos interpessoais.

Portanto, compreendemos que os laços entre os moradores fogem de quaisquer aspectos de distanciamento ou de transformações de valores e concepções. Notamos que naquele espaço social ainda existe uma aproximação entre seus semelhantes. Mantém-se uma harmonia a partir do sentimento de solidariedade proveniente das explicações divinas e de valores familiares, mantidos, organizados e estabelecidos por cada um dos indivíduos que, nessa comunidade, reside.

Portanto, será a partir desses pontos fundamentais que constituem nosso objeto de análise que procuraremos apontar, na quinta sessão, aspectos que dão sentido ao mundo para essa comunidade a partir das duas religiões ali existente. Porém, nossas pontuações não se voltarão para as características de cada uma delas, pois nosso intuito partirá, principalmente, de como tais religiões, em suas especificidades, perfazem as explicações e orientações de cada crença no mundo moderno. Assim, tendo essa comunidade constituída por duas religiões interdependentes que reivindicam, cada uma à sua maneira, espaços e direitos de exercerem

suas atividades de forma autônoma e plena, o que não exclui a presença de conflitos, percebemos que os grupos *outsiders*, *a priori*, vão se modificando e fazendo com que os moradores mantenham distanciamento de “estrangeiros”, uma vez que eles, caso não possuam nenhum grau de parentesco com os habitantes, devem se adaptar às atividades de acordo com a organização social e religiosa da comunidade.

Dadas tais pontuações, pretendemos, nas considerações finais, delimitar quais aspectos perfazem as questões enquanto justificativas de mundo e como seu envolvimento, desenvolvimento e renovação permitem reflexões sobre sua essencialidade para a manutenção de preceitos sociais e religiosos que predeterminam e caracterizam relações baseadas na harmonia e na assistência mútua entre estabelecidos e “forasteiros” dessa peculiar comunidade analisada.

2 Metodologia

No âmbito metodológico, nossa produção se baseia na “história oral” e na utilização da “memória” enquanto fonte de pesquisa, tendo o objetivo de analisar as (re)significações que os habitantes da comunidade analisada reproduzem e perpetuam ao longo do tempo e entre as gerações, uma vez que tais lembranças os identificam e os interpretam enquanto atores sociais. Portanto, a memória se faz constituída por elementos perceptivos do “eu” e do “outro”, evocando circunstâncias e eventos de forma que sejam traçados, contornados e reconstruídos pela rememoração (Halbwachs, 1990) dos agentes.

Nosso princípio parte de uma postura que “contribui para a compreensão da especificidade e singularidade dos grupos sociais em diferentes épocas” (Schmidt; Mahfoud, 1993), “dando voz” a esses indivíduos e acessando suas memórias em um processo de indagação e despertar das acepções de determinados períodos de suas vidas, sejam elas individuais e/ou coletivas, no passado e/ou no presente.

Desse ponto, compreenderemos como os moradores se organizam e interagem de acordo com os códigos estabelecidos e a constituição dos espaços e bens simbólicos ali existentes (Bourdieu, 1989).

A coleta de dados é realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, realizada com líderes políticos e leigos religiosos, além do levantamento e organização de documentos sobre a comunidade. As entrevistas são, posteriormente, transcritas, analisadas, e quando necessário, passam por uma reformulação do roteiro e das perguntas. Logo, tanto as transcrições

quanto as produções baseadas nas informações coletadas são apresentadas para fins acadêmicos e também para arquivamento.

Partindo desse pressuposto, pretendemos utilizar tais fontes e analisarmos o campo social e religioso dessa comunidade tradicionalista que ainda perpetua aspectos muito particulares. Desse modo, contribuiremos para discussões e trabalhos acadêmicos sobre a relação entre os temas voltados para a sociedade e para a religião.

3 O processo da modernidade

Detenhamo-nos, por um momento, no processo de desenvolvimento do ser humano enquanto dono de suas ações e de seus preceitos provenientes da modernidade. Notamos que a sociabilidade (Simmel, 2006) entre os indivíduos se transformam e se tornam instantâneas à medida que se domina as coisas pela racionalidade e se propicia um mundo repleto de grandes possibilidades e potenciais. Porém, esse êxito sobre as coisas não se mantém suficiente e estático, pois, é nesse mesmo momento, que o indivíduo se vê diante de um completo sentimento de mal-estar, categorizado por uma civilização moderna e urbanizado aos moldes de sociedades ideais, tornando seus sujeitos perseguidores de uma felicidade pura e plena, mas inalcançável (Freud, 1996).

O desenvolvimento humano pode ser pensando desde a ideia iluminista de que o indivíduo atinge uma “razão transcendental” para se criar um ser humano perfeito, orientado, pronto e capaz de guiar todas as suas ações no mundo pela lógica da “razão pura” (Kant, 1980). Porém, isso não exclui a possibilidade de que o mesmo indivíduo, dono de seu caminho, esteja amarrado a uma falta que pode ser representada e estabelecida por normas, regras, privilégios e *status*, ambos oferecidos pelas instituições sociais modernas (Freud, 1996).

A sistematização das ações individuais e coletivas através de corporações perfaz um controle dos indivíduos por intermédio de instituições estruturadas e estruturantes que apresentam uma lógica universal de manutenção e esclarecimento da realidade através de simbologias que instrumentam a integração social (Bourdieu, 1989). Nesse sentido, as concepções já estruturadas, e que dão sentido ao mundo, são reproduzidas de acordo com uma ordem social e moral que legitimam e distinguem culturas, crenças e paradigmas estruturais (Bourdieu, 1989). Nesse caso, algumas delas fornecem o refúgio, representam a paz e o sentimento de pertencer a determinados agrupamentos.

Por isso, esse indivíduo mantém-se ligado a uma falta desde sua constituição enquanto ser humano, na qual ele se orienta e se representa por instituições estruturadas e estruturantes que perfazem uma lógica universal de manutenção e esclarecimento da realidade através de símbolos que instrumentam o sentido de mundo e cuja constituição e condicionamento estão presentes na reprodução de uma ordem social e moral que legitimam e distinguem culturas, crenças e paradigmas estruturais (Bourdieu, 1989).

Aliás, seguindo a lógica do capitalismo, também ser causador da infelicidade - mas que, dicotomicamente, permite um desenvolvimento pleno de riquezas -, todos os prazeres e outros quaisquer aspectos culturais do ser humano são distintos, selecionados e dominados por mecanismos que perfazem um modelo de abstração da sociedade, constantemente, ressignificada e avaliada a partir do *status* que mais importa ao indivíduo no complexo processo sociopolítico e econômico (Marx, 1988) no qual ele está inserido. Em consequência disso, a sociedade se reconstrói por uma série de estruturas que aprisionam as ações do ser humano para que elas não se manifestem de maneira plena, mantendo-o preso aos seus instintos e vinculando-o às coisas simbólicas, abstrações e valores criados pela modernidade, elaborados pelas próprias relações sociais e estruturados por instituições que constroem figurações para cada tipo (ou classe) de indivíduo e/ou agrupamentos sociais (Bourdieu, 1988).

Desse ponto, destacamos, também, que as inovações sociais nos costumes, por exemplo, transformam a lógica de organização que se processa quando algo, já estabelecido, é alterado, modificado ou destruído. Portanto, compreendemos que a ideia de estabilidade não existe, pois a modernidade é instável, caótica e obsoleta (Berman, 2007).

Entretanto, pressupondo que as mudanças e a globalização alcançam qualquer espaço, vale destacar que na pequena comunidade estudada existe um arraigado apego aos espaços, demarcados, principalmente, por duas religiões que mantém a proximidade entre os indivíduos e valores familiares, nos quais, ao contrário do arranjo moderno e transformador da vida em sociedade, sua configuração é mantida por vínculos reproduzidos e eternizados por gerações.

4 A representação de papéis entre as relações sociais

A interação humana pode ser definida por representações sociais nas quais seus papéis são influenciados por decisões de um senso comum que não dependem de uma

teorização de conceitos e reflexões que apontem para a desnaturalização das coisas, e que muitas vezes, podem entrar em desacordo com a totalidade (Goffmann, 2014).

Desse modo, supomos que a harmonização e a organização religiosa que se estruturam em um possível conjunto de representação de papéis na comunidade de nosso estudo podem estar condicionadas a atores vinculados a grupos posicionados de acordo com preceitos inerentes a eles (Houtart, 1994¹ *apud* Liberal, 2004) e que inserem o indivíduo em determinadas instituições, inclusive, religiosas, pois elas:

[...] [possuem] várias funções relativas às representações, às expressões, à ética e à própria organização. [...] Em relação à representação dos conhecimentos, além da transmissão do que já existente, a organização religiosa pode também produzir novos sentidos religiosos, em novas circunstâncias [...] (Liberal, 2004, p. 7-8).

E, portanto, elas se tornam base para a reprodução e sustentação do convívio coletivo de sociedades baseadas em preceitos tradicionais, como os familiares, por exemplo, evidenciando uma fachada de ações e mutualidades entre os moradores de diferentes crenças e cujo sentido de mundo parte da sociabilidade e interferência da religião e da família na vida cotidiana dos indivíduos.

Nesse contexto, compreendemos nossa comunidade de estudo como um ambiente passível de conflitos, uma vez que ela se constitui por uma série de convicções para se pensar e se entender o mundo pelo viés de duas crenças distintas e interdependentes, organizadas e estabelecidas por formas de poder e manutenção de modelos tradicionais de família, reciprocidade e conservação de uma fachada harmônica, através do papel que cada indivíduo, ou coletividade, representa em sua configuração social.

Entretanto, destacamos que não são todos os âmbitos estruturais dessa comunidade que se encontram tradicionalistas, se analisarmos, de forma particular, que alguns grupos ou atividades não estão organizados de forma tão convencional assim. Como exemplos, essa sociedade não se encontra com uma economia de subsistência voltada para agricultura; ou, também, quando notamos que algumas famílias não são compostas com uma grande quantidade de filhos. Além disso, as pessoas que precisam se locomover por causa de trabalho, de estudo, de atividades religiosas, ou por quaisquer outros motivos, acabam tráfegando sentimentos, pensamentos e ideias, transmitidos pelo simples contato com o espaço de grande movimento

¹ HOUTART, François. **Sociologia da Religião**. Editora Ática, 1994.

urbano e social, desfazendo seu isolamento total. Assim, toda a estrutura, seja ela social, familiar e coletiva, molda-se às transformações externas, às demandas contemporâneas e ao desenvolvimento da humanidade.

No que concerne à existência de conflitos, compreendemos que eles são admitidos enquanto formas de sociação e podem ser destinados a resolver dualismos, inclusive, levando à aniquilação de uma das partes contestadas ou resolvendo tensões entre agrupamentos com pensamentos divergentes (Simmel, 2011). Nesse sentido, seu caráter se torna “positivo”, uma vez que assimilamos esse fenômeno enquanto processo normal e institucionalizado pela sociedade moderna. Além disso, sua relevância parte de uma lógica harmônica que perfaz a criação da personalidade através da religião ou da ética, em que ambas operam na existência social e no constante processo de concretização de vida (Simmel, 2011). Partindo desse pressuposto, a sociedade está determinada por uma razão quantitativa de tendências favoráveis e adversas, pois ela é considerada produto de categorias interacionistas que se manifestam, de forma positiva, mesmo a partir de tensões nas relações mais particulares e interiores (Simmel, 2011).

Portanto, compreenderemos as interações sociais existentes na comunidade analisada a partir de aspectos sobre quais interesses individuais mútuos são capazes de interferir na totalidade de determinado agrupamento, inclusive, se houver uma dialogicidade que intervenha na convivência dos indivíduos a partir de uma “unidade” comum que impulsiona, destina, interessa e tende a condicionar cada movimento social e suas percepções de mundo, assim como seus efeitos (Simmel, 2006). Portanto, essa sociação transforma as formas de pertencimento, de forma geral, em aspectos sensoriais, conscientes e duradouros de sociabilidade, cuja base está solidificada no desenvolvimento das sociedades humanas (Simmel, 2006). Assim, as significações da existência e interpretações da realidade necessitam de propósitos que possam organizar o emaranhado de exigências e dinâmicas sociais, e legitimar as instâncias superiores e extrínsecas das formas de comportamento que o uso dessa sociabilidade assume (Simmel, 2006). Com isso, seu sentido dá força e determina as interações mútuas construídas de uma “unidade” similar que delimita as inter-relações conscientes atribuídas, de forma pura, à cooperação e à coalizão de determinadas formas sociais singulares de um espaço limitado, autônomo e autêntico à sua maneira (Simmel, 2006).

Continuando na ótica simmeliana sobre o conflito enquanto forma de promover a interação entre os indivíduos, partimos desse ponto com Norbert Elias e John L. Scotson (2000), que se preocupam com as relações sociais intergrupais, independentemente, de sua

característica estrutural, quando eles desenvolvem um estudo sobre uma comunidade permeada por relações de poder enquanto produção do *status* de estabelecidos ou de *outsiders*. A partir de alguns estudos sobre sua obra, destacamos que:

Na contramão do pensamento hegemônico do estrutural-funcionalismo de que a sociedade se organiza tal qual organismos com estruturas e funções sociais regidas por atributos coercitivos com a forma de orientação do comportamento dos indivíduos, [Norbert Elias; John L. Scotson (2000)] adota como metodologia de pesquisa a noção de interdependência entre os indivíduos, cujo aporte se sustenta na perspectiva de que tal ligação origina configurações de diversas instituições que relacionadas imbricam numa teia de interdependência da sociedade (Martins, 2012, p. 108).

Como é o caso de nossa comunidade, a qual preserva delimitações estruturais organizadas, conquistadas e já estabelecidas desde a sua gênese, fundamentada por valores de família e por duas religiões, que dão sentido ao mundo dos indivíduos ali inseridos, sustentando o sentimento de tolerância, reciprocidade, respeito e harmonia entre os habitantes. Dito isso, “a democracia da sociabilidade, mesmo entre aqueles socialmente iguais, é um jogo de cena. A sociabilidade cria, caso se queira, um mundo sociologicamente ideal” (Simmel, 2006, p. 69). Nesse ponto, compreendemos essa comunidade como interdependente, mas que, outrora, não viabiliza vicissitudes da presença de demais doutrinas religiosas, pois caso existam, permanecem inacessíveis.

Portanto, destacamos como nossa peculiar comunidade se constitui por características orientadas por sentimentos religiosos e pela perpetuação de valores interfamiliares. Além disso, mesmo que, atualmente, exista uma espécie de harmonia entre os moradores, compreendemos os discursos sobre os tempos primórdios da fundação da localidade, enquanto deslegitimação das atividades do grupo tido como *outsider*, os espíritas. Entretanto, a constituição desse espaço social e de seus agrupamentos distintos se mantém pelo apoio mútuo, justificado pela orientação divina, propagada por líderes religiosos e pelos valores tradicionais que compõem a maioria das famílias residentes nesse agrupamento social. Assim, a estrutura de solidariedade parte de fundamentos de compatibilidade com a finalidade de desenvolver a sociabilidade no meio coletivo que possa impulsionar e cultivar as relações em diversas circunstâncias individuais ou intergrupais, uma vez que a estrutura religiosa e familiar, nesse caso, compreende-se pela harmonia entre os indivíduos que compõem aquele contexto social.

5 Religião e sentido de mundo

Desde a formação das sociedades enquanto produto do indivíduo, compreende-se uma “exteriorização” do ser humano sobre o mundo; a “objetivação” enquanto conquista dos produtos provenientes dessa efusão; e a “interiorização” que perfaz uma reapropriação subjetiva da realidade por parte dos indivíduos. Ou seja, o ser humano produz o mundo a partir dele mesmo, se estabelece e realiza sua vida pela produção de instrumentos que modificam o ambiente físico, a natureza, a linguagem e os elementos simbólicos que transpõem os aspectos de convivência (Berger, 1985). Nesse sentido, não podemos analisar o indivíduo de forma particular em relação ao seu mundo, uma vez que a construção humana será sempre social, pois juntos, os indivíduos fabricam instrumentos, inventam línguas, aderem valores, concebem instituições e um conjunto de produtos culturais produzidos e reconhecidos por eles mesmos em sua coletividade (Berger, 1985).

Pensando na sociologia de Erving Goffmann (2014) e sua compreensão sobre a adequação dos valores por meio da “fachada” e a representação de papéis, nos quais os indivíduos se inserem e se expressam de forma intencional e inconsciente enquanto código de conduta para a reprodução e permanência de um convívio social e coletivo harmônico, compreendemos a configuração de uma instituição familiar, por exemplo, a partir de como cada integrante mantém sua representação de acordo com o que foi estabelecido enquanto modelo de comportamento individual, apreendendo, assim, sua própria identidade no mundo objetivo (Berger, 1985). Ora, viver no mundo social é viver uma vida significativa, presumindo que a sociedade é guardiã da ordem e do sentido das estruturas institucionais e da estruturação da consciência coletiva (Berger, 1985).

Longe disso, caso haja uma separação entre o homem e o mundo social, surge, então, uma ameaça em razão da perda do senso da realidade, dos laços que possam dar sentido ao mundo e das posturas morais com consequências psicológicas e cognitivas, seja pela perda de *status*, pelo divórcio, pela morte ou pela separação física (Berger, 1985). Portanto, no meio desse “caos”, a sociedade tende a desenvolver mecanismos que orientam seus membros para uma realidade que sai da “anomia” e conserva os limites seguros do *nomos* estabelecido, dando sentido à ordem social de forma desejável, correta e inevitável; o que pressupõe um terror social que é pensando de forma apreensiva e na qual sua prática pode ser alimentada, *a posteriori*, pelo remorso de consciência - controle dos instintos individuais e coletivos (Berger, 1985).

Portanto, “os programas institucionais são dotados de um status ontológico a tal ponto que negá-los equivale negar o próprio ser” (Berger, 1985, p. 37).

E para que a vida humana fuja do caos e do terror, a sociedade, ou melhor, o próprio indivíduo, dota sua vida de sentido e de sanções pautados na ordem e no caráter, e reafirmados através de ritos que fornecem um escudo sagrado contra a “ameaça” exterior a sua prática metódica; ora, “[...] A religião é o empreendimento humano pelo qual se estabelece o cosmos sagrado [enquanto] qualidade de poder misterioso e temeroso, distinto do homem e, todavia, relacionado com ele” (Berger, 1985, p. 38). Portanto, compreendemos a religião enquanto produto do ser humano, para controlar seus instintos, para dar significação ao seu mundo de forma particular e coletivo, fundamentando-a, estrategicamente, de forma a estruturar, fundamentar, construir e infundir a realidade pela concepção de um universo, humanamente, significativo (Berger, 1985).

Nesse sentido, retornemos aos conceitos freudianos, quando compreendemos o indivíduo que, *a priori*, tinha divindades como referência para o sentido da vida e se torna o “deus” da própria espécie quando passa a desenvolver tecnologias e recursos ao longo do tempo/espaço histórico de acordo como a transformação da ordem de convivência social e do próprio juízo da humanidade, criados pelo conhecimento científico e atrelado à ideia da razão (Freud, 1996). Entretanto, podemos entender que os indivíduos em sociedade não se encontram aptos a absorver as mudanças modernas e, por isso, precisam aprender a se desenvolver e perpetuar sua ordenação, preceitos e valores nas relações sociais, pois, caso eles não se adaptem, se “desmancharão” assim como todas as tradições que se perdem ao longo do tempo (Bauman, 1998). Portanto, essa perspectiva nos permite uma reflexão de como a ordem se reconfigura socioeconomicamente, politicamente e/ou profissionalmente, e mantém as sociedades organizadas dentro de convicções modernas e padronizadas enquanto garantia para o não isolamento da globalização e da inovação.

A religião pensada enquanto teoria criada pelos seres humanos para dar sentido ao mundo e cuja essência se pauta na subjetividade e no relativismo (Sartre, 2005) se constrói através do tempo e se responsabiliza em direcionar as relações sociais pelo investimento de um modelo central – a divindade – que sintetiza tudo aquilo que o homem precisa ter e ser enquanto vive (Iturra, 1991). Nesse sentido, pensemos a religião enquanto um sistema estruturado em simbolismos, que assume uma função prática e ideológica a fim de suprir e reforçar a legitimação de tudo que possa ser definido, socialmente, entre um grupo ou uma classe (Bourdieu, 2011).

[...] Se a religião cumpre funções sociais, tornando-se, portanto, passível de análise sociológica, tal se deve ao fato de que os leigos não esperam da religião apenas justificações de existir apenas capazes de livrá-los da angústia existencial da contingência e da solidão, da miséria biológica, da doença, do sofrimento ou da morte. Contam com ela para que lhes forneça justificações de existir em uma posição social determinada, em suma, de existir como de fato existem, ou seja, com todas as propriedades que lhes são socialmente inerentes (Bourdieu, 2011, p. 48).

Pensando em tais justificações que constituem as organizações e interações sociais, pensemos, por um momento, no constante processo de desenvolvimento estrutural moderno das sociedades que perfazem pluralidades suscetíveis à conflitos e intolerância por parte da não aceitação dos tipos de “verdades”, sejam elas semelhantes ou distintas, inclusive, no contexto religioso. E como já compreendido, na comunidade analisada não seria diferente. Desse ponto, analisamos alguns estudos que apontam que há uma disputa de bens simbólicos (Bourdieu, 1989), inclusive, pela Igreja Católica, uma vez que ela reivindica “a legitimidade de seus dogmas e doutrina desqualificando o espiritismo, demonstrando receio de que a doutrina de Kardec se dissipasse e que fiéis católicos enveredassem para [ele]” (Machado, 2014, p. 67). Da mesma maneira, podemos pensar em tais disputas de campos e poder simbólicos, quando se trata, principalmente, sobre demais religiões como de matriz africana, islâmica *etc.* Adjacente a isso, nesse contexto, e mesmo que notemos uma aparente harmonia e reciprocidade entre os moradores da pequena comunidade, vale salientar que essa “fachada” não exclui uma resistência em aceitar quaisquer interferências e expansões imediatas advindas do âmbito global, social ou religioso, uma vez que não encontramos vestígios de outras crenças “não tradicionais”, aceitação de mudanças territoriais e/ou de habitantes, nos quais são controlados pelos próprios descendentes dos fundadores da localidade.

6 Considerações finais

Partindo da modernidade enquanto processo dismantelador que transforma as organizações sociais e tudo à sua volta, a partir de um preceito de que tudo deve se adaptar às suas formas e prescrições, podemos notar que esse fenômeno não se aplica de modo prematuro na comunidade em destaque. A superficialidade se desloca para o exterior, e as relações em seu interior se consolidam à medida que as informações e características notórias desse agrupamento demonstram como os moradores recebem e percebem qualquer tipo de transformação social, inclusive, por uma perspectiva religiosa e familiar.

Compreendemos que a religião, nesse caso, é o elemento estruturado e estruturante da comunidade, uma vez que as tradições são preservadas e perpetuadas pelos laços religiosos, os quais também compõem as famílias e suas interdependências estruturais e sociais. Além disso, o sentido de mundo orientado e constituído pela perspectiva religiosa constrói valores morais que se justificam pela religião e também são mantidas conforme as regras e normas institucionalizadas.

Pensemos a família enquanto base para a estruturação social, na qual é aplicada no estudo em Winston Parva, uma localidade fictícia criada por Elias e Scotson (2000), de modo que eles possam discutir sobre como as unidades familiares dependem de relações extrafamiliares, com vizinhos e com a comunidade, para se desenvolverem e se perpetuarem, uma vez que esse fenômeno também está arraigado na comunidade analisada quando percebemos que as estruturas familiares daquele local se conectam por laços de vizinhança e de parentesco. Em alguns relatos, notamos tal proximidade entre os habitantes dali, por exemplo, quando analisamos em uma de nossas entrevistas que, questionada sobre o convívio “harmônico” da comunidade com os moradores vindos de fora em atividades coletivas, uma descendente dos fundadores, e espírita, destaca que: “Aqui [...] a raiz mesmo geral é tudo família. Se você for olhar, é tudo parente de parente [risos], né... Eu falo com muita gente que eu sou casada com o irmão da minha cunhada e ela vice-versa [risos]. [...] É tudo assim, né...”.

Portanto, hipoteticamente, essa comunidade está solidificada a partir da uma estruturação de laços entre a vizinhança de forma significativa para manter a configuração social que perfaz a família e comunidade enquanto entidades interdependentes e tradicionais, sustentados e fortalecidos pela referência dos membros que compõem o espaço familiar, e mediando as interações sociais pela religião que ali se ampliou e se preservou.

Desse modo, mesmo que existam grupos estabelecidos que, em tempos primórdios da fundação da comunidade apresentada ao longo desta discussão, tenham dificultado a existência de outros grupos *outsiders*, inclusive, religiosos que, constantemente, reivindicam o direito de manifestar suas formas de pensar, seus preceitos, seus valores e suas ações, compreendemos que as orientações inerentes dessas doutrinas tentam se adaptar ao desenvolvimento socioeconômico e cultural que estão alicerçados aos fenômenos que intercedem às relações sociais, indo além de conflitos ideológicos. Assim, é a partir da religiosidade e da rede de parentesco que traz tranquilidade e segurança, que a reciprocidade fundamenta, inclusive através de discursos com a finalidade de corporificar e manter um

convívio coletivo que perpassa a lógica da impulsiva e urgente corrida para se alcançar a felicidade.

O que nos interessa a partir de tais suposições é entender o que mantém a existência de uma comunidade tradicionalista, quando se compreendem determinados grupos que mantêm seus familiares próximos aos núcleos patriarcais, por exemplo, ou quando os indivíduos explicam quaisquer divergências e contratemos através da orientação religiosa e familiar, se mantendo unidos, independentemente, da crença. Outro fator é buscar por quais aspectos uma rede familiar comporta e permite uma heterogeneidade religiosa, uma vez que se percebem institucionais sendo constituídas por atores de religiões diferentes, mas que em alguns casos analisados, as próximas gerações acabam por seguir o patriarcado, inclusive, sendo introduzidas nas atividades organizacionais do espaço religioso.

Mas quais fatores estimulam e condicionam essa lógica patriarcal em plena modernidade? *A priori*, destacaremos que o sentido de mundo é, predominantemente, explicado por verdades religiosas, e o tradicionalismo dessa comunidade também se mantém pautado e estruturado pela religião em um contexto que foge das transformações, conservando-se em um ritmo particular, inclusive, no que concerne ao acolhimento daqueles “vindos de fora”.

Referências

- BAUMAN, Z. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BERGER, P. L. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Editora Paulinas, 1985.
- BERMAN, M. **Tudo o que é sólido desmancha o ar: A aventura da modernidade**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- BOUDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva: 2011.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os *outsiders***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora Ltda, 2000.
- FREUD, S. **O mal-estar da civilização**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Vol. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2014.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

HOUTART, F. **Sociologia da religião**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

ITURRA, R. **A religião como teoria da reprodução social**: Ensaio de Antropologia Social sobre religião, pecado, celibato e casamento. Lisboa: Editora Fim de século, 1991.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Os pensadores).

LIBERAL, M. M. C. de. Religião, identidade e Sentido de Pertencimento. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: A Questão Social no Novo Milênio, 2014. 8. Coimbra: **Anais...** Disponível em <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MarciadeLiberal.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2018.

MACHADO, M. Disputas simbólicas entre católicos e espíritas no primeiro centenário do Espiritismo. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 7, n. 2. pp. 62 -79, jul/dez 2014.

MARTINS, L. G. Os estabelecidos e os outsiders - Um convite para repensar heranças histórico-sociológicas. **Revista Simbiótica**. Volume único, n. 1, jun. 2012. Disponível em <http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/4516/3520>. Acesso em: 04 nov. 2018.

MARX, K. **O capital**, v. 2, 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SARTRE, J. P. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SCHMIDT, M. L. S.; MAHFOUD, M. Halbwachs: Memória Coletiva e Experiência. **Revista Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2. p. 185-298, 1993.

SIMMEL, G. O conflito como sociação. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 10, n. 30, 2011.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia** – Indivíduo e Sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2006.

Making sense of the modern world from a religious perspective: structural paradigms of social relations among establishments in a traditionalist community

Abstract:

From the analysis presented in *The Established and the Outsiders* by Norbert Elias and John L. Scotson, it is intended, in this article, to explore aspects of the social relations of a traditionalist community, interconnected by two dichotomous beliefs, but essential for the permanence of interpersonal ties. We seek to presume how religious sentiment transforms and structures the collectivity, especially when it guides the world's meanings in modernity. From this point on, we will use concepts about Zygmunt Bauman's net modernity and the Marxist metaphor that "everything that is solid breaks into the air" discussed by Marshall Berman about the transformations that break relationships and create a solitary and insecure life. This is not the case in the community in question, because the existing relations escape from modern convictions and are preserved by a perspective that makes sense in that environment.

Keywords: Modernity. Social Relationships. Religion. Sense of World. Traditionalism.

Recebido: 06 fevereiro 2025

Aprovado: 23 setembro 2025